

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

12,4 milhões de clientes atingidos

FGC garante até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ para correntistas e investidores, mas pagamentos podem levar mais de 40 dias para ocorrer. Donos de aplicações superiores a esse valor terão que aguardar o desenrolar do processo de liquidação

» RAFAELA GONÇALVES

A liquidação do Banco Master, decretada pelo Banco Central (BC), deve impactar diretamente 12,4 milhões de correntistas e investidores, além de 515 trabalhadores da instituição, segundo estimativas do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

Com a medida, o banco deve interromper seu funcionamento com a retirada da instituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN), passando a ser administrado por um liquidante indicado pela autoridade monetária, que será responsável por levantar todos os bens e dívidas da instituição e organizar o pagamento dos credores na ordem prevista em lei.

Para quem possui conta corrente, poupança ou pagamentos pendentes, os valores estão protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que cobre até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, por instituição. Na prática, correntistas e investidores com produtos garantidos devem receber os recursos dentro desse limite, mas o repasse é feito em etapas e pode levar algumas semanas até ser concluído.

Para solicitar a garantia dos investimentos do Banco Master, que entrou em liquidação extrajudicial, o procedimento deve ser feito, exclusivamente, pelo aplicativo oficial do FGC. O pagamento, porém, não é imediato. O processo só começa após o liquidante enviar ao FGC a lista completa de credores, etapa que pode levar cerca de 30 dias.

No caso dos investidores, a cobertura alcança aplicações como Certificado de Depósito Bancário (CDB) e Recibo de Depósito Bancário (RDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCAs). A partir da data em que a liquidação é decretada, os rendimentos ficam congelados. O valor a ser devolvido corresponde ao montante aplicado somado aos rendimentos acumulados até o dia da liquidação, sempre respeitando o limite de R\$ 250 mil.

De acordo com o economista Jorge Ferreira dos Santos, professor de Administração da ESPM, a recuperação de valores por credores e investidores “segue uma hierarquia legal baseada no tipo de crédito e no limite de cobertura”. A primeira camada de proteção atinge correntistas e investidores com depósitos e aplicações de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, desde que os produtos estejam cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos. “Não são todos os produtos financeiros que são cobertos pelo FGC”, reforça.

Ele destaca que o CDB era o principal produto da carteira do Banco Master, que operava com alavancagem financeira, oferecendo remuneração altíssima, chegando a 140% do CDI. Esses títulos estão cobertos pelo FGC, assim como RDBs, LCIs, LCAs

Polícia Federal/Divulgação



PF encontrou R\$ 1,6 milhão em espécie no imóvel de um dos envolvidos: operação cumpriu sete mandados de prisão e 25 de busca e apreensão

e letras hipotecárias. “Esse conjunto de investimentos é o que está protegido pelo FGC, no limite de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ”, afirma.

Teto

Se o cliente tinha mais de R\$ 250 mil no banco, limite coberto pelo FGC, ele só recebe automaticamente até esse limite. Para tentar recuperar o que ultrapassar esse montante é preciso se cadastrar como credor na liquidação e entrar na fila de pagamento do banco. Esse processo será explicado no site da empresa que o Banco Central escolher como liquidante, onde também estará a lista de documentos necessários.

Na prática, porém, não há garantia de que esse valor extra será devolvido, já que ele entra no conjunto das demais dívidas da instituição, cujo pagamento prioriza funcionários e outras obrigações previstas em lei.

“Paga-se primeiro quem tem até 250 mil. Depois, verifica-se quanto pode ser destinado aos investidores com valores acima disso, num possível rateio do que sobrou dos ativos”, explica o economista. Na sequência, vêm os grandes credores sem garantia do FGC, que seguem a ordem legal de prioridade. “Primeiro vêm as obrigações trabalhistas, depois as tributárias e, por fim, os credores quirografários, demais investidores e fornecedores”, resume.

A regra para contas corrente e poupança é igual à dos investimentos cobertos: o FGC paga até R\$ 250

mil por CPF ou CNPJ, por instituição. Tudo o que ficar acima desse valor não é garantido pelo FGC e entra na fila da liquidação, tanto no caso de depósitos quanto de aplicações como CDBs, RDBs, LCIs e LCAs. O BC ainda orienta que quem tem valores acima do limite procure ajuda jurídica para entender os prazos, preparar a documentação e garantir seus direitos.

Todo esse processo é conduzido pelo liquidante nomeado pelo Banco Central. “Ele faz o levantamento dos ativos e passivos e coordena a ordem e a forma como os pagamentos são efetuados”, afirma Santos.

Ressarcimento

Embora exista a garantia do FGC, o pagamento não é imediato e, em alguns casos, pode se arrastar por anos. O processo só começa quando o liquidante envia ao fundo a lista completa de credores. Esta etapa, com base em liquidações recentes, pode levar cerca de 30 dias. Somente após essa conferência é liberado o acesso aos valores cobertos.

Para pedir o ressarcimento, pessoas físicas devem usar o aplicativo do FGC, após um cadastro simples. Já pessoas jurídicas fazem a solicitação diretamente pelo site do fundo. Depois da assinatura do termo de pedido, o FGC informa que a liberação costuma ocorrer em até 48 horas úteis, desde que não haja erros nos dados. O tempo total entre a liquidação e o pagamento pode chegar a 40 dias.

Bruna Gaston/CB/DA Press



R\$ 41 bilhões, tornando-se o maior desembolso do FGC da história.

Maciel afirmou que o FGC atua como mecanismo de proteção para depósitos e determinados investimentos, com limite de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ. Segundo ele, esse valor é calculado com base no saldo existente na data da liquidação. A partir desse momento, os



Paga-se primeiro quem tem até R\$ 250 mil. Depois, verifica-se quanto pode ser destinado aos investidores com valores acima disso, num possível rateio do que sobrou dos ativos”

Jorge Ferreira dos Santos, economista e professor de Administração da ESPM

“Bloqueios de bens, arrestos e outras medidas cautelares podem ampliar o conjunto de recursos disponíveis para ressarcimento, integrando-os à massa que servirá de base para pagamento dos credores na ordem legal de preferência”, afirma José Andrés Lopes da Costa, professor da pós-graduação em Direito Tributário Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Em casos complexos, com fraudes estruturadas, múltiplas camadas de operações financeiras e participação de diferentes veículos de investimento, esse processo tende a ser longo. Não é exagero falar em anos

até que se chegue a um desfecho minimamente estável”, alerta Costa. Segundo ele, a duração depende da profundidade da fraude, da extensão do litígio e da efetiva localização de bens em nome dos responsáveis.

Bancários

Em nota, o Sindicato dos Bancários de São Paulo afirmou que, até o momento, não recebeu qualquer comunicação formal por parte da instituição que esclareça a situação ou informe possíveis impactos sobre seus trabalhadores e clientes. “Nossa atenção está voltada, em primeiro lugar, aos 515 trabalhadores do Banco Master S.A., que serão diretamente afetados. Também expressamos preocupação com os clientes, que podem enfrentar impactos relevantes”, disse.

O sindicato ainda alertou para possíveis efeitos indiretos sobre o Will Bank, banco digital adquirido pelo Master em 2024, que emprega 756 trabalhadores. “Eventuais desdobramentos envolvendo o Banco Master podem repercutir nas operações da instituição”, acrescentou a nota.

A entidade reforçou que continuará acompanhando a situação de perto, cobrando transparência e buscando informações para proteger os direitos dos trabalhadores. “Esperamos que as soluções passem pela proteção ao emprego dos trabalhadores, que não podem ser penalizados pelos atos praticados pelos gestores do banco”, concluiu.

Passo a passo

Aguardar a lista de credores

O liquidante envia os dados ao FGC — etapa que pode levar cerca de 30 dias.

Validação pelo FGC

O fundo confere saldos e libera o acesso ao pedido de ressarcimento.

Fazer a solicitação

Pessoa física: pelo app do FGC. **Empresa:** site do fundo.

Assinar o termo

A liberação só ocorre após a assinatura eletrônica.

Receber o pagamento

Prazo total pode chegar a 40 dias.

Valores acima de R\$ 250 mil

Entram na fila da liquidação, sem garantia de devolução integral.

Buscar ajuda jurídica se necessário

Especialmente para valores não cobertos ou casos complexos.

Rioprevidência

O Rioprevidência, responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões a 235 mil servidores inativos do Rio de Janeiro, investiu R\$ 2,6 bilhões em fundos ligados ao Banco Master entre 2024 e 2025, atraído por taxas consideradas “mais atrativas” do que as de outras instituições. Mesmo após a decretação da liquidação do conglomerado, o fundo afirmou que os pagamentos aos segurados estão garantidos.

Em maio, o Tribunal de Contas do RJ (TCE-RJ) já havia alertado para “graves irregularidades” aos gestores do fundo. Os aporres, no entanto, continuaram. Em outubro, o tribunal reforçou as críticas e determinou uma tutela provisória proibindo novas operações com o Master, ao identificar que o banco já enfrentava uma crise interna.

Segundo o TCE, o fundo mantinha cerca de R\$ 960 milhões — aproximadamente 8% de seu patrimônio — aplicados em letras financeiras do Banco Master, títulos que não contam com a proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Em nota divulgada em 18 de outubro, o Rioprevidência afirmou que o valor efetivamente investido foi aplicado “em Letras Financeiras emitidas pelo Banco Master S.A., e a operação segue regular, adimplente e plenamente enquadrada nos parâmetros legais e prudenciais”.

Podcast do Correio: a Rosana Hessel e Rafaela Gonçalves, o contador Antonio Maciel explicou como funciona o FGC

risco e retorno. Não existe almoço grátis. É sempre classificado como alto risco quem paga acima de 105%, 110%, 120% da Selic já é considerado alto risco. Então quem aplicou nestes 150%, 160% sabia que era alto risco.”

No caso da Rioprevidência, que aportou cerca de R\$ 1 bilhão, Maciel explicou que o fundo previdenciário investiu como pessoa jurídica e não se encaixa no fundo garantidor, então também deve ir para a fila da massa falida. “Pode acontecer com que o aposentado deva ter que arcar também com o prejuízo do fundo de previdência no futuro. Quando a gente faz um planejamento financeiro pessoal, sempre tem que olhar todos os riscos das taxas. Então, um servidor público do Rio de Janeiro, por exemplo, tem que estar atento a essa questão.”

*** Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

» LEIA MAIS sobre a Operação Compliance Zero na página 15